

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025.

Relatório da Administração	3
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxos de caixa	8
Notas explicativas à demonstração financeira	9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da AARIN - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

A Aarin é uma instituição de pagamento regulada e especializada em serviços financeiros. Somos mais que uma plataforma de gestão de recebíveis; atuamos como intermediadores de pagamentos no arranjo de Pagamento PIX, oferecendo soluções personalizadas que se alinham perfeitamente com a realidade de cada empresa.

Nossa missão é entregar tecnologia de ponta e operação eficiente, complementada por um atendimento que excede as expectativas dos nossos clientes. Cada detalhe da nossa operação é cuidadosamente construído em conformidade com as regulamentações do BACEN, o que nos permite garantir segurança, agilidade e a mais alta eficiência em todos os serviços que prestamos.

A Administração da Instituição, em colaboração com seus acionistas, tem implementado uma série de estratégias voltadas para o crescimento e a expansão sustentável dos negócios. Entre as iniciativas adotadas para alcançar as metas do plano de negócios, destaca-se o esforço na criação de parcerias estratégicas que acelerem esse crescimento de maneira responsável. Além disso, estamos diversificando nossa oferta de produtos, incluindo o lançamento de novos serviços como cartões de crédito e débito, o que reforça nosso compromisso em atender às demandas do mercado e ampliar nossa presença no setor financeiro. Essas medidas estão sendo executadas com o objetivo de consolidar a Instituição como um player de destaque, comprometido com a inovação e o desenvolvimento contínuo.

A Aarin é integrante da Organização Bradesco desde 2022, prestando aos seus clientes atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. A Instituição possui participação societária na empresa PA. GO - Aitera Tecnologia Financeira Ltda.

A Aarin contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

No exercício de 2025, a Aarin registrou prejuízo de R\$ 90.340 mil, patrimônio líquido de R\$ 19.409 mil e ativos totais de R\$ 45.110 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Aarin agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações



financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Márc Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Balanco patrimonial

	Nota	Em 31 de dezembro de 2025		Nota	Em 31 de dezembro de 2025	R\$ mil
Ativo			Passivo			
Disponibilidades	6	2.495	Passivo financeiro ao custo amortizado		23.703	
Instrumentos financeiros	7	20.765	Outros passivos financeiros	12	11.027	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		4	Outras provisões	12	12.624	
Ativos financeiros ao custo amortizado		20.761	Passivos contingentes	13	52	
Outros ativos	8	7.412	Outros passivos	14	1.998	
Ativos não financeiros mantidos para venda		14.438	Total do passivo		25.701	
Investimento em controladas	9	10				
Imobilizado de uso	10	3.685	Patrimônio líquido	15		
Intangível	11	16.152	Capital social		169.815	
Depreciações e amortizações		(5.409)	Reserva de capital		3.201	
- Imobilizado em uso	10	(1.368)	Prejuízos acumulados		(153.607)	
- Intangível	11	(4.041)	Total do patrimônio líquido		19.409	
Total do ativo		45.110	Total do passivo e patrimônio líquido		45.110	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

	Nota	R\$ mil	
		2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas de intermediação financeira		18.866	32.180
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	16.a	1.769	3.131
Receita de tarifas e similares	16.b	17.097	29.049
Despesas de intermediação financeira		(33)	(42)
Despesa de juros e similares		(33)	(42)
Resultado de intermediação financeira		18.833	32.138
Outras receitas/(despesas) operacionais		(78.254)	(122.478)
Despesas de pessoal	17	(61.050)	(86.918)
Outras despesas administrativas	18	(12.944)	(28.908)
Outras receitas e (despesas) operacionais	19	(3.585)	(4.916)
Despesas tributárias	20	(675)	(1.736)
Resultado antes de tributos e participações		(59.421)	(90.340)
Prejuízo líquido		(59.421)	(90.340)
Quantidade de ações (unitário)		16.802.909	16.802.909
Prejuízo por ação (em reais)		(4)	(5)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Prejuízo líquido do período	(59.421)	(90.340)
Resultado abrangente total	(59.421)	(90.340)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	R\$ mil				
	Capital social	Capital Social (em aprovação)	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2025	88.615	20.000	3.201	(94.186)	17.630
Aumento de capital social:					
Aumento de capital social	-	61.200	-	-	61.200
Aumento de capital social aprovados	59.200	(59.200)	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	(59.421)	(59.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	147.815	22.000	3.201	(153.607)	19.409
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.015	56.600	3.201	(63.267)	28.549
Aumento de capital social:					
Aumento de capital social	-	81.200	-	-	81.200
Aumento de capital social aprovados	115.800	(115.800)	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(90.340)	(90.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	147.815	22.000	3.201	(153.607)	19.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do fluxos de caixa

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(59.421)	(90.340)
Ajustes ao Resultado Líquido:		
Depreciação e amortização	3.446	4.030
Outros ajustes	229	58
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	1.933	11.820
Outros ativos	365	(929)
Outros passivos	3.216	4.703
Outros passivos financeiros	(1.568)	3.136
Outras provisões	(1.117)	(1.621)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.829	17.108
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	577	745
Aquisição de intangível	(6.794)	(11.018)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.217)	(10.273)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital social	61.200	81.200
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.064	1.784
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	431	711
Caixa e equivalentes de caixa – final do período	2.495	2.495
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.064	1.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

A AARIN - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”), é uma instituição de pagamento, emissora de moeda eletrônica, fundada em 2021 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicação no DOU de 20 de outubro de 2023, sendo uma plataforma de gestão de recebíveis atuando como intermediador de pagamentos no arranjo de Pagamento PIX.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

Continuidade operacional

A Administração da Instituição em conjunto com seus acionistas tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento para o crescimento e expansão de seus negócios. Dentre as medidas para atingimento do plano de negócio, pode-se destacar o trabalho na elaboração de parcerias e aquisições para acelerar o seu crescimento de forma sustentável.

Apesar de apresentar prejuízo fiscal, considerando o contexto e o papel estratégico que a entidade possui para o Grupo, a Instituição conta com o suporte financeiro do seu controlador (Organização Bradesco) o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que considera a liquidação de suas obrigações no curso normal das atividades.

2 Apresentação da Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN no 4.818/20 e da Resolução BCB no 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no exercício de 2025.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração

de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, referente exercício de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2026.

3 Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração de resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Rendas a Receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos

vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Ativos e passivos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Receita de aplicações

interfinanceiras de liquidez”.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

II) Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Instituição utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Instituição utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

f) Investimentos em empresas controladas

Os investimentos em empresas controladas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados” e “Aparelhos de Refrigeração”; e, 10% a.a. para as demais contas.

O intangível está representado por “Software” sendo amortizado a taxa de 20% a.a. Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas para os ativos, conforme abaixo:

Categoria de Intangível	Método de Amortização	Vida Útil Estimada	Taxa Anual
Softwares	Linear	5 anos	20%

Durante o segundo semestre de 2025, a Aarin revisou a vida útil estimada de seus ativos softwares, com base na nova expectativa de geração de benefícios econômicos futuros a partir dos softwares em utilização.

Categoria de Intangível	Método de Amortização	Vida Útil Estimada	Taxa Anual	Impacto na amortização acumulada em 2025
Softwares	Linear	5 anos	20%	3.057

h) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são analisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos

Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e BCB nº 9/2020 sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na nota 16.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

I - Pagamento Baseado em Ações – Restricted Stock Units (RSU)

As Unidades de Ações Restritas (Restricted Stock Units ou RSU) consistem em uma modalidade de remuneração variável de longo prazo, concedida a executivos e colaboradores estratégicos. Diferente de uma opção de compra, a RSU representa o direito de receber o valor equivalente a uma ação da Aarin, após o cumprimento de um período de carência (*vesting period*) e de

condições de permanência pré-estabelecidas. Essas condições foram atendidas dentro do 2º semestre de 2025.

A contabilização das RSUs segue as diretrizes do CPC 10 (R1) / IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações. As principais práticas adotadas pela Aarin são:

- **Mensuração:** O valor justo das RSUs foi determinado na data da outorga (*grant date*), com base no valor de mercado das ações da Aarin.
- **Reconhecimento Final:** Em 31 de dezembro de 2025, as despesas de RSU já haviam sido integralmente reconhecidas no resultado.
- **Impacto na Folha:** O pagamento impactou as despesas de folha e provisões (férias e 13º salário) tanto para pró-labore quanto para funcionários CLT.
- **Liquidação Financeira:** Durante o semestre houve o recebimento de um aumento de capital referente a liquidação do RSU, onde todas as obrigações foram liquidadas dentro do 2º semestre de 2025.

m) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

n) Normas, alterações e interpretações de normas

i. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar

essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para empresa.

ii. **Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:**

CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A empresa está avaliando os impactos da nova norma.

4 Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, e de liquidez e operacional.

5 Uso de Estimativas e Julgamentos

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

6 Caixa e equivalente de caixa

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	2.495
Total de disponibilidades	2.495

7 Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Certificados de depósitos bancários - CDB	4
Total	4

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Conta correspondente a moeda eletrônica (CCME)	20.761
Total	20.761

8 Outros Ativos

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Rendas a receber (1)	2.282
COFINS a compensar	2.134
IRRF a compensar	1.109
Despesas antecipadas	645
PIS a compensar	481
CSRF a compensar	434
Outros	328
Total	7.412

(1) Os valores são faturados com prazo médio de 30 dias para recebimento.

9 Investimentos em controladas

Sociedade	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de Ações/Cotas possuídas	Participação no Capital Social - %	Investimentos		Resultado de Equivalência Patrimonial	
					2025	2025	2025	2025
PA. GO Apitera Tecnologia Financeira Ltda	562	10	562.000	100%	10	10	-	-
Total em 31 de dezembro					10	10	-	-

10 Imobilizado de uso

a) Composição do imobilizado

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	R\$ mil	
				Custo Líquido de Depreciação	Em 31 de dezembro de 2025
Benefitorias em imóveis de terceiros	20%	1.939	(793)		1.147
Equipamentos de informática	20%	1.571	(534)		1.037
Máquinas e equipamentos	10%	172	(40)		132
Equipamentos de comunicação	10%	3	(1)		1
Em 31 de dezembro de 2025		3.685	(1.368)		2.317

b) Depreciação do imobilizado

	Taxas de depreciação	Em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Baixa	Depreciação do exercício	Em 31 de dezembro de 2025
Benefícios em imóveis de terceiros	20%	1.939	-	-	(793)	1.146
Equipamentos de informática	20%	2.298	-	(728)	(533)	1.037
Máquinas e equipamentos	10%	190	-	(18)	(40)	132
Equipamentos de comunicação	10%	3	-	-	(1)	2
Total		4.430	-	(746)	(1.367)	2.317

11 Intangível

a) Composição dos ativos intangíveis

				R\$ mil
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Custo Líquido de Amortização
				Total
Softwares	(1)	16.152	(4.041)	12.111
Em 31 de dezembro de 2025		16.152	(4.041)	12.111

(1) A taxa majoritária para amortização é de 20%, entretanto há variações de acordo com a vida útil pré-definida para cada parte do software desenvolvido.

b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas/estornos (1)	Amortização do período	Em 31 de dezembro de 2025
Softwares	4.150	11.026	(8)	(3.057)	12.111
Total	4.150	11.026	(8)	(3.057)	12.111

(1) Refere-se ao ajuste de um valor anteriormente registrado no ativo intangível.

12 Outros passivos financeiros

a) Outros passivos financeiros

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Recursos de terceiros (1)	11.027
Total	11.027

(1) Saldo de recursos de terceiros depositadas em contas de pagamento pré-paga, custodiadas pela Instituição.

b) Outras provisões

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Provisões de despesa com pessoal	11.962
Provisões com tributos	350
Outras provisões	312
Total	12.624

13 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis

A Aarin está discutindo judicialmente a legalidade de alguns processos de natureza cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão foi constituída com base na avaliação do risco realizada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Os valores provisionados são considerados adequados para cobrir as possíveis saídas de recursos necessárias para a liquidação dessas eventuais perdas.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, levando em conta a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Cíveis	52
Total	52

II - Movimentação das provisões

Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024	Constituições líquidas de (reversões e baixas)	Pagamentos	Em 31 de dezembro de 2025
Cíveis	153	(83)	(18)	52
Total	153	(83)	(18)	52

c. Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

Existem processos cíveis classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 4.488 em 31 de dezembro de 2025.

14 Outros Passivos

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Fornecedores	1.977
Outros	20
Total	1.998

15 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 169.815, representado por 16.802.909 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 20 de março de 2025 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando aumento de capital via aporte em moeda corrente do país, no valor de R\$20.000, sendo R\$ 10.000 integralizado em 20 de março de 2025 e R\$ 10.000 integralizados em 23 de junho de 2025.

Em 23 de junho de 2025 o aumento de capital de 20 de março de 2025, no valor de R\$ 10.000, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Em 17 de julho de 2025 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando aumento de capital via aporte em moeda corrente do país, no valor de R\$39.200.

Em 15 de agosto de 2025 os aumentos de capital de 10 de junho de 2025 e 17 de julho de 2025, totalizando R\$ 49.200, foram aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Em 12 de setembro de 2025 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando aumento de capital via aporte em moeda corrente do país, no valor de R\$10.000. Esse aumento de capital está em aprovação pelo Bacen.

Em 24 de novembro de 2025 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando aumento de capital via aporte em moeda corrente do país, no valor de R\$12.000. Esse aumento de capital está em aprovação pelo Bacen.

b. Política de dividendos

Conforme disposição estatutária da Instituição, dos lucros apurados no exercício, serão descontados os prejuízos acumulados. Do saldo remanescente, 5% será destinado para reserva legal, limitada a 20% do capital social. Após efetuados os ajustes previstos em Lei para a constituição da reserva legal, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo do lucro líquido, mediante proposta da administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se

instalado, observados os orçamentos de capital da Instituição devidamente aprovados e as disposições legais aplicáveis.

Lucro por ação

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo obrigatório e mínimo equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

A Instituição possui apenas ações ordinárias e não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O resultado por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Prejuízo líquido	(90.340)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	
Utilizadas na apuração do lucro por ação	16.802.909
Prejuízo por ação - R\$	(5)

16 Receitas de intermediação financeira

a) Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7.b)	1.769	3.131
Total	1.769	3.131

b) Receita de tarifas e similares

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receita com setup/projetos	14.035	23.135
Receita transacional	1.007	1.952
Outras receitas	2.055	3.963
Total	17.097	29.049

17 Despesas com pessoal

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Salários (1)	(38.661)	(53.341)
Encargos sociais – INSS (1)	(11.732)	(16.127)
Benefícios	(3.936)	(7.207)
Remuneração diretoria	(2.559)	(4.467)
Encargos sociais - FGTS (1)	(4.161)	(5.775)
Outros	(1)	(1)
Total	(61.050)	(86.918)

(1) Incluem pagamento de RSU, sendo R\$ 28.082 de salários, R\$ 7.795 de INSS e R\$ 2.319 de FGTS.

18 Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Despesas de tecnologia	(6.168)	(13.902)
Serviços de terceiros	(4.240)	(8.615)
Softwares administrativos	(1.016)	(2.720)
Manutenção de escritório	(724)	(1.483)
Despesas com processamento de dados	100	(950)
Despesas com marketing	(271)	(273)
Outras	(625)	(965)
Total	(12.944)	(28.908)

19 Outras receitas e despesas operacionais

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Despesa com amortização	(2.833)	(3.057)
Despesa com depreciação	(613)	(973)
Tarifas bancárias	(159)	(485)
Comissões	(5)	(496)
Variação cambial	(75)	(230)
Baixa por venda de ativos	(47)	(215)
Estorno de despesas operacionais	-	726
Outras receitas operacionais	156	175
Outras despesas operacionais	(10)	(361)
Total	(3.585)	(4.916)

20 Despesas tributárias

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Imposto sobre serviço - ISS	(485)	(820)
IOF	(63)	(190)
COFINS sobre faturamento	(50)	(492)
PIS sobre faturamento	(4)	(118)
Outros	(73)	(116)
Total	(675)	(1.736)

21 Instrumentos Financeiros - Por Prazos de Vencimento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20, a Instituição mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. O monitoramento é realizado através do acompanhamento dos fluxos de caixa e do escalonamento de prazos de vencimento de seus ativos e passivos financeiros, garantindo a manutenção de níveis de liquidez adequados.

Abaixo, apresentamos a segregação dos ativos e passivos financeiros entre Circulante (vencíveis em até 12 meses) e Não Circulante (vencíveis após 12 meses), conforme os prazos remanescentes dos contratos na data do balanço:

Ativo	Circulante	Não circulante	Total
Disponibilidades	2.495	-	2.495
Instrumentos financeiros	20.765	-	20.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4	-	4
Ativos financeiros ao custo amortizado	20.761	-	20.761
Outros ativos	3.249	4.163	7.412
Total do ativo	26.509	4.163	30.672
Passivo	Circulante	Não circulante	Total
Passivo financeiro ao custo amortizado	23.651	52	23.703
Outros passivos financeiros	11.027	-	11.027
Outras provisões	12.624	-	12.624
Passivos contingentes	-	52	52
Outros passivos	1.998	-	1.998
Total do passivo	25.649	52	25.701

22 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20. A Instituição também dispõe de políticas de transações com partes relacionadas. As transações com partes relacionadas resumem-se a conta corrente, títulos e valores imobiliários, plano de saúde, seguro de vida e captações e advocatícias. A Instituição não possui benefícios pós-emprego, tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Controladas ⁽¹⁾	Controlador ⁽²⁾	Coligadas ⁽³⁾	Pessoal - Chave da Administração ⁽⁴⁾
Ativo				
Disponibilidades	-	105	-	-
Disponibilidade - Banco Bradesco S.A.	-	105	-	-
Valores a receber por empréstimos	10	-	-	-
Apitera Tecnologia Financeira Ltda	10	-	-	-
Passivo				
Outras obrigações	-	-	247	5
Valores a pagar - Fornecedores diversos	-	-	247	5
Valores a pagar - Bradesco Saúde S.A.	-	-	247	-
Valores a pagar – Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	-	5

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Controladas ⁽¹⁾	Controlador ⁽²⁾	Coligadas ⁽³⁾	Pessoal - Chave da Administração ⁽⁴⁾
Resultado				
Outras despesas administrativas	-	-	(2.890)	(65)
Despesas - Plano de Saúde - Bradesco Saúde S.A.	-	-	(2.793)	-
Despesas - Seguro de vida - Bradesco Vida e Previdência	-	-	(96)	-
Despesas – Advocatícias - Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	-	(65)
Receita de tarifas e similares	-	24.801	78	-
Receitas - E-Agro Gestão para o Agronegócio.	-	-	78	-
Receitas - Banco Bradesco S.A.	-	18.241	-	-
Receitas - Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	-	6.560	-	-

(1) Empresa controlada direta pela Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

(2) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora final da instituição e Bradesco Holding de Investimento S.A. ("BHI") é a entidade controladora indireta.

(3) Empresas ligadas Bradesco Saúde S.A., Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Administradora de Consórcios Ltda e E-Agro Gestão para o Agronegócio.

(4) Membros da Diretoria

➤ Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 4.467. Esse valor foi registrado na rubrica de "Despesas de pessoal" e inclui somente os benefícios de curto prazo.

23 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- **Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- **Nível 2**

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação

com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- **Nível 3**

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição não detinha instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

24 Outras Informações

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, não houve resultados não recorrentes para os períodos em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores apresentados foram apenas com resultados recorrentes.

b) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes à data-base de 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras que demandassem ajuste ou divulgação.

Membros da Administração

Diretora Presidente

Ticiania Cabirta Amorim

Diretor Financeiro

Regis de Souza Nunes

Diretor de Operações

Caio Costa Hohlenwerger

Diretora Jurídica

Fernanda Rêgo Dias Oliveira

Lucas Fabio Koscak

Contador

CRC/ 1SP341413/O